

Advogados não confiam na Justiça, mas aceitam execução antecipada

A advocacia não confia muito na Justiça brasileira. Mas a maioria dos advogados do país concorda com a execução provisória da pena, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, que autorizou a prisão de condenados já depois da decisão de segunda instância. É o que mostra o Índice de Confiança dos Advogados na Justiça (Icaj).

Segundo o levantamento feito pela internet com 644 advogados de todo o país, 54,9% dos entrevistados concordaram de alguma maneira com a decisão do Supremo. E 45,1% foram contrários à decisão. O apoio ao posicionamento do STF, no entanto, varia de acordo com a área de atuação dos advogados. Consumeristas costumam ser a favor; criminalistas e eleitoralistas, contra.

Mas, numa escala de 0 a 100 quanto à confiança no Poder Judiciário, a nota segue baixa. Para 2017, os

mais alta já dada ao Judiciário

O STF decidiu a manutenção da prisão de condenado em segunda instância mesmo ainda não havendo o trânsito em julgado. Qual seu grau de concordância com esta decisão?



	Área de Atuação: Direito do Consumidor	Área de Atuação: Direito Penal	Área de Atuação: Direito Eleitoral
Discordo Plenamente	21,1%	59,6%	92,3%
Discordo Parcialmente	14,3%	11,5%	7,7%
Concordo Parcialmente	30,1%	9,6%	0,0%
Concordo Plenamente	34,6%	19,2%	0,0%

Os advogados responderam ainda a outras questões, como a influência da pressão popular na atuação dos tribunais. Nesse ponto, 53,5% afirmaram que os tribunais estão cedendo a esse apelo; 37,1% discordaram; e 9,5% não concordaram nem discordaram.

A pesquisa afirmou que têm aparecido na mídia diversos tipos de escândalos envolvendo profissionais do Direito. Para a maioria dos pesquisados (86,6%), isso não resultou numa percepção negativa da população em relação a integridade ética dos advogados.

Baixa confiança

A pesquisa foi criada pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), e é coordenada pelos professores Cláudio de Souza Miranda e Marco Aurélio Gumieri Valério, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (Fearn).

da USP.

O índice é composto por sete indicadores que avaliam a percepção dos advogados sobre: eficiência, honestidade, morosidade, facilidade de acesso, custo para a solução de litígios, falta de igualdade no tratamento das partes e perspectiva de futuro da Justiça.

Como nas edições anteriores, a celeridade continua sendo o indicador pior avaliado, ainda que tenha apresentado uma leve melhora. Nesse quesito, a nota foi 13,9, o melhor desde que a pesquisa começou a ser feita. Já o acesso à Justiça é o item mais bem avaliado: 45,9.

Clique [aqui](#) para ler a íntegra da pesquisa.

Copy: confiança na justiça
Infogram

Date Created
05/06/2018